

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

GOVERNO HENRIQUE ALVES

DIRETRIZES PARA PLANO DE GOVERNO

junho/2014

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO

1. INFRAESTRUTUA E LOGÍSTICA

2.SAÚDE

3. RECURSOS HÍDRICOS

4. TURISMO ..

.

5. ENERGIA

6. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

7. REGIÃO METROPOLITANA

8. SEGURANÇA PÚBLICA

9. EDUCAÇÃO E CULTURA

10. MEIO AMBIENTE

11. GESTÃO DE GOVERNO

12. DESENVOLVIMENTO RURAL

13. ASSISTÊNCIA SOCIAL

14. HABITAÇÃO

15. SANEAMENTO BÁSICO

APRESENTAÇÃO

A construção de um Plano de Governo, nos dias de hoje, encontra o Estado envolvido numa crise sem precedentes no passado conhecido.

Essa situação manifesta-se de diversas formas, podendo-se afirmar que é uma crise de muitas faces.

Por sua relevância cumpre notar, a redução dos níveis de qualidade dos serviços públicos ao cidadão, o desequilíbrio das contas públicas e o baixo índice de crescimento da atividade econômica.

Esse cenário não foi constituído de uma hora para outra. Muitos fatores contribuíram, se estabeleceram, para criar uma situação de ingovernabilidade do executivo estadual.

Tendo-se em conta essas considerações, o Plano de Governo para 2015 a 2019, não pode estabelecer diretrizes e metas programáticas, a partir de uma situação de normalidade da operação do Governo, sem que as condições para a governabilidade sejam restabelecidas.

O primeiro passo nessa direção indica o caminho da reconstrução das relações com os poderes do Estado, com as associações, sindicatos e, por fim, a sociedade civil.

Essas relações estão esgarçadas, faltando-lhes o fundamental, a confiança, nascida da verdade, que deve rastrear

atos, intenções, acordos estabelecidos entre os entes do poder e da sociedade.

A transparência é outro ingrediente necessário ao reestabelecimento da confiança que todos os atores devem ter no governo do estado.

Nenhuma situação das áreas essenciais, saúde, segurança, educação, ou de números da receita, da despesa pode ser sonegados, guardados ao conhecimento da sociedade.

O Governo deve ter portas e janelas abertas.

A atividade de planejar será recriada. A sociedade moderna, presente em muitos desafios, exige do Governo decisões conscientes, pesadas e medidas, resultados do esforço inteligente de pensar, de enxergar o futuro.

A inexistência da visão de longo prazo impede a navegação constante, segura, com rumos certos.

Planejar o futuro, coordenar as ações presentes, articulando atores públicos, harmonizando convivências é uma missão necessária, urgente.

A gestão do aparato administrativo do governo deve assegurar a execução dos programas e projetos.

É voz corrente a afirmação que não adianta planejar se nada for acontecer.

As modernas técnicas de gestão, de avaliação de resultados, de reconhecimento do mérito funcional não darão os efeitos esperados, se o servidor público não for servido por adequar

condição de trabalho. Isso é válido para quem trabalha nos hospitais, na escola, na segurança pública, na extensão rural, em qualquer lugar onde esteja um servidor público desempenhando sua missão.

Ao lado disso, é preciso criar um ambiente receptivo ao investimento, à empresa privada.

Até 2006 o estado tinha a economia que mais crescia no Nordeste, abaixo apenas da Bahia.

Atualmente, somos o Estado com menor taxa de crescimento do seu produto interno.

Cabe perguntar, o que terá acontecido de tão grave a ponto de ter modificado a trajetória do nosso crescimento?

Os projetos estruturantes da infraestrutura são essenciais a retomada do crescimento.

Assim, a infraestrutura de logística e transportes podem ser analisada segundo três grandes planos:

- a) as infraestruturas lineares (rodovias e ferrovias) que configuram a mobilidade a nível estadual;
- b) os terminais de transporte de todos os modos (portos e aeroportos);
- c) as redes secundárias de cargas e passageiros e as redes de transporte urbano/metropolitano.

Nesse sentido, construindo uma visão global, o Plano de Governo deve sustentar-se nos seguintes eixos essenciais.

Os fundamentos do Plano de Governo para o período 2015 à 2019.

Eixos do Plano de Governo

- . Elevar em caráter de urgência, a qualidade dos serviços essenciais
 - saúde
 - segurança
 - educação
- . Definir e implantar os projetos estruturantes da infraestrutura estadual
 - portuário
 - ferroviário
 - rodoviário
- . Tratar a questão da mobilidade urbana da grande Natal com prioridade, na ótica da região metropolitana
- . O planejamento a coordenação das ações do Governo será prática inarredável da reconstrução do estado
- . O Plano Diretor de Saneamento, a questão das reservas hídricas serão tratadas como essenciais à vida das pessoas
- . A Seca será o foco da política agropecuária do estado

. A responsabilidade fiscal é pressuposto para o êxito do Plano,
do respeito ao estado, Ca construção do futuro.

1. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A situação vigente da infraestrutura estadual de logística e transportes pode ser analisada segundo três grandes planos:

- (a) as infraestruturas lineares (rodoviárias e ferroviárias) que configuram o potencial de mobilidade e acessibilidade em escala estadual, incluindo-se aí, também, as conexões destes modos de transporte de superfície com os estados vizinhos;
- (b) os terminais de transporte de todos os modos (portos e aeroportos) e também os intermodais, que articulam o transporte intraestadual com redes aeroviárias e hidroviárias de alcance mais remoto (exportação e cabotagem de longo curso) ou aqueles terminais de alcance mais restrito, quais sejam os terminais rodoviários e ferroviários de cargas e passageiros;
- (c) a questão do transporte na escala interna às regiões do estado, sejam:
 - (c1) as redes secundárias de transporte de cargas e passageiros, dedicadas a integrar a geografia microrregional aos grandes eixos viários; e
 - (c2) as redes estruturadoras de transporte urbano/metropolitano, de cargas ou passageiros, requeridas para garantir e ampliar as dinâmicas socioeconômicas e os padrões de qualidade de vida nas maiores concentrações demográficas do estado.

1.1 RODOVIAS

CENÁRIO ATUAL

Com respeito às rodovias, o diagnóstico é de que, de maneira geral, as nossas rodovias não apresentam condições minimamente aceitáveis de níveis de serviço.

Embora as recentes intervenções federais integradas no PAC (executadas ou em execução) tenham proposto melhorias viárias significativas – caso da BR-101 e BR-304 -- é certo que mesmo a malha rodoviária federal, no estado, requer um programa mais intensivo de implantação, pavimentação e recapeamento, de modo que ela venha a ser completada com padrões aceitáveis de qualidade viária e de nível de serviço. O mesmo raciocínio pode ser estendido às rodovias estaduais de maior relevância de tráfego, que complementam a malha federal estruturando o território estadual, no que diz respeito a sua integração no Nordeste e no país.

PROPOSTAS

-Realizar estudo técnico visando a determinar – para o ano horizonte 2025 – as redes primária e secundária de infraestruturas de transporte no estado (todos os modos e terminais de transporte incluídos).

-Complementar as redes primária e secundária com tramos viários (que comporão a malha terciária) capazes de articular todo o território estadual com as redes principais.

-Acompanhar e apoiar no que couber as obras federais na rede rodoviária do estado.

-Definir e implantar um plano de investimento orientado para recuperar padrões mínimos de níveis de serviço na malha estadual, privilegiando os tramos de conexão entre esta e a rede primária (federal) e certificando-se de que as sedes municipais estejam convenientemente atendidas em termos de acesso rodoviário à rede primária,

-Reforçar o papel planejador do DER, com atenção especial para a Coordenadoria de Transportes, para a qual se desenvolverão estudos visando analisar a oportunidade e a adequação de transformá-la em um órgão com autonomia operacional, o qual poderia compreender, também, o tratamento do transporte público na Região Metropolitana de Natal, em nível consultivo ou deliberativo.

-Reavaliar o impacto do Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT) no estado, contribuindo com o seu aperfeiçoamento, e revisar o Plano Estadual de Logística e Transportes (PELT) para adequá-lo às novas estratégias de investimento e as reconfigurações econômicas do estado.

-Refundar os organismos de participação social e comunitária na política de transportes, tais como Conselhos Estaduais de Transporte Público e de Desenvolvimento da Infraestrutura Viária.

- Implantação de um programa permanente de manutenção e conservação de estradas, capaz de assegurar o bom estado das estradas durante todo o tempo.

1.2 FERROVIAS

CENÁRIO ATUAL

No que concerne à rede ferroviária, ressalte-se que o caráter excêntrico do Rio Grande do Norte, em relação ao Nordeste, é responsável por uma exclusão injustificada do território estadual de conexão com a Transnordestina.

Resulta que a inserção do estado na dinâmica logística do Nordeste encontra reais dificuldades de efetivar-se, especialmente se o futuro de nossas ferrovias estiver restrito às propostas atuais de reativar o eixo Mossoró-Natal e implantar as conexões deste eixo com a região salina/petrolífera (Macau e Guamaré), com um ramal Jucurutu - Porto do Mangue, interligando a região mineira ao terminal portuário graneleiro em estudos, e com a extensão Mossoró – Apodi atingindo a região produtora de calcário.

Esta proposta é interessante para unir por ferrovia os três portos do estado (Natal e Areia Branca, existentes, mais o terminal graneleiro de Porto do Mangue, em projeto), conectando-os a regiões produtoras de *commodities*. Todavia, esta proposta peca por não considerar de modo efetivo a interligação desta rede “intraestadual” com a Transnordestina, reativando-se o eixo Mossoró – Sousa (PB) e o Natal - Recife.

PROPOSTAS

-Participar junto com CODERN, INFRAERO e Prefeituras de Natal e São Gonçalo do Amarante dos estudos, dos projetos e da implantação da conexão ferroviária entre o novo Aeroporto e o Porto de Natal.

-Intervir junto ao governo federal de formas a garantir recursos para o desenvolvimento dos ramais ferroviários projetados e também para a conexão Mossoró-Sousa.

-Iniciar estudos para a ativação do ramal ferroviário Natal-Recife, para integrar o estado à ferrovia Transnordestina pelo eixo litorâneo.

1.3 AEROPORTOS

CENÁRIO ATUAL

Com respeito à questão dos terminais aeroportuários, é fácil identificar que os problemas de capacidade e de consistência no Aeroporto Augusto Severo ficam superados pela entrada em funcionamento do novo Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, embora a supressão dos serviços de aviação comercial civil no Augusto Severo abra, ainda, a possibilidade de uma discussão sobre o destino a ser dado ao antigo aeroporto. Neste caso, seria viável a realização de entendimentos com a Aeronáutica e o Ministério da Defesa, de modo a atrair para o estado um centro de treinamento de pilotos militares, mas também de técnicos em operações de manutenção aeroviária e de suporte ao voo, de alta tecnologia, capaz de fazer jus ao tamanho da infraestrutura disponibilizada.

Também seria importante a realização de um debate sobre a inserção do Rio Grande do Norte na política nacional de aeroportos regionais, de modo a contemplar, pelo menos, as regiões do Seridó com um novo aeroporto, e de aprimorar as condições de serviço do aeroporto de Mossoró.

PROPOSTAS

-Acompanhar de perto o desenvolvimento final das obras e contratuais/institucionais do novo aeroporto de São Gonçalo de Amarante.

-Envidar esforços no sentido de incorporar de modo mais efetivo o aeroporto de Mossoró à malha aérea nordestina e nacional, além de iniciar estudos e ações para realizar a implantação de um aeroporto regional no Seridó.

1.4 PORTOS

CENÁRIO ATUAL

No que concerne aos terminais portuários, os portos de Natal e Areia Branca, por seu papel na dinâmica econômica futura do estado, devem receber projetos de investimento em modernização e adequação. Especificamente, o porto de Natal pode ter sua capacidade ampliada, seja com o uso da margem esquerda do Potengi, seja com a construção de um terminal portuário off-shore, além do estuário e que possibilitaria a recepção de navios de porte superior, que já não podem aceder aos berços da Ribeira em função das limitações impostas pelo vão central da Ponte Newton Navarro.

Não se pode esquecer a efetiva implantação do Terminal Pesqueiro da Ribeira e do Terminal Turístico na área organizada do Porto de Natal. Esse crescimento esperado de movimentação de cargas e passageiros na área, requer um esforço no sentido de adequar as instalações portuárias e o seu entorno urbanístico, possibilitando inserir o porto na cidade.

A proposição de construir um terminal graneleiro (calcário e ferro) em Porto do Mangue irá requerer ações de grande vulto, capazes de promover impactos extremamente positivos na economia estadual. Portanto, cabe ao governo estadual caminhar no sentido de prover a integração de tantos terminais à rede de transportes, contribuindo com prover acesso de alta eficácia para as cargas que se destinam a estes pontos.

PROPOSTAS

-Modernizar e ampliar capacidade dos terminais portuários de Natal e Areia Branca, segundo projeto da CODERN e formato de parceria a ser discutido com as autoridades portuárias.

-Participar e apoiar o desenvolvimento do projeto do terminal graneleiro de Porto do Mangue, bem como integrar-se (em modelo de parceria a ser discutido) aos agentes sociais e econômicos com interesse em sua implementação, inclusive com aportes financeiros dentro da realidade orçamentária.

-Conclusão do Terminal Marítimo de Passageiros.

-Implantação da navegação de cabotagem a partir do terminal de Areia Branca para o Porto de Natal, viabilizando a cadeia produtiva do melão.

-Construção do Berço IV do porto de Natal, com a construção de 220 m de cais acostável.

1.5 REDES SECUNDÁRIAS DE TRANSPORTE

CENÁRIO ATUAL

No que concerne às redes secundárias de cargas e passageiros (definidas em c1), elas terão que ser abordadas a partir de uma nova perspectiva. O fato é que a interiorização da economia potiguar, em função dos investimentos privados e da dinâmica dos programas compensatórios de renda, induzirá novos patamares de fluxo de tráfego rodoviário, tanto de carga como de passageiros, a menores distâncias, tanto quanto o crescimento econômico do Nordeste e do país será responsável por induzir maior intensidade nos fluxos de média e longa distância.

Cabe, portanto, ao governo estadual trabalhar essas rodovias das redes secundárias como um problema de futuro, mas que não pode deixar de ser enfrentado hoje. Neste sentido, é preciso dedicar-se ao planejamento de futuros investimentos na rede rodoviária estadual, com consistência e articulação com os planos de desenvolvimento das regiões do estado.

PROPOSTAS

-Instalar grupos de estudo sobre transportes, de caráter consultivo, por região do estado, aliando seu trabalho ao processo de elaboração de planos regionais de desenvolvimento.

1.6 REDES ESTRUTURADORAS DE TRANSPORTE URBANO/METROPOLITANO

CENÁRIO ATUAL

Quanto aos serviços de transporte no interior das regiões urbanas/metropolitanas, é preciso tonificar o processo de planejamento continuado e dar partida à elaboração de projetos de maior tempo de maturação. É o caso dos trilhos urbanos de Natal, cujo desenvolvimento e modernização pode vir a significar o embrião de uma rede densa de transporte ferro(metro)viário de massa para o futuro da capital estadual e sua área metropolitana.

Em paralelo, esses serviços de transporte requerem adequada contratualização. Ou seja, licitar todos os serviços de transporte rodoviário de passageiros sob a tutela do estado seria uma tarefa imprescindível para o próximo governo.

PROPOSTAS

-Reavaliar a rede de serviços intermunicipais de transporte de passageiros, inclusive no que diz respeito às condições contratuais das permissões de operação e à estratégia regulatória e operacional desta rede.

-Traçar uma política de terminais rodoviários de passageiros, em acordo com os municípios interessados, e envidar esforços para promover a implantação de novos terminais, a recuperação de terminais existentes e, em caso de situações de não-aproveitamento dos existentes, a requalificação de uso, com vistas a dotar os municípios de centros de serviço integrados do transporte com outras atividades de atendimento à população local.

2. SAÚDE

PROPOSTAS

- Regionalização dos serviços de saúde.
- Fortalecer a participação e o controle social do SUS, com a atualização do cadastro dos conselhos municipais e a qualificação dos conselheiros.
- Assegurar o acesso qualificado e humanizado às ações e serviços de atenção básica, ampliando a cobertura das estratégias de saúde da família, e garantindo a ampliação do acesso às ações de promoção, prevenção e recuperação em saúde bucal.
- Estruturar adequadamente a rede de atendimentos especializados de média complexidade para assegurar o tratamento integral dos usuários do SUS, principalmente relacionados à saúde da mulher, da criança, do adolescente e jovem, da pessoa idosa e do homem.
- Fortalecer e melhorar a atenção especializada ambulatorial, com a criação de núcleo itinerante para atendimento médico-ambulatorial e odontológico no âmbito local, garantindo a integralidade da atenção às doenças crônicas não transmissíveis, com a minimização dos seus agravos.
- Implementar a política de atenção integral às pessoas com deficiência, desenvolvendo e organizando redes regionalizadas de atenção integral à saúde.
- Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico e industrial na produção de medicamentos e adotar medidas para garantir assistência hematológica e hemoterápica com padrões de qualidade e eficiência dos serviços.
- Estruturar a Central de Regulação, garantindo o acesso dos cidadãos de forma rápida e humanizada a rede hierarquizada de atenção integral à saúde, com a universalização do atendimento pelo SAMU no Estado.
- Fortalecer e melhorar a qualidade dos hospitais regionais, com base em diretrizes padronizadas de operação e prestação de serviços, voltadas para a integração da atenção básica – hospital – comunidade e o estabelecimento de planos de gestão que ampliem a sua autonomia e assegurem o alcance de resultados.
- Promover a reciclagem permanente dos profissionais, apoiar a criação de escolas técnicas de saúde e a formação de profissionais do setor, inclusive a qualificação de gestores em nível de pós-graduação, visando o acesso de profissionais de competência comprovada nas diversas instâncias de decisão do setor.
- Implantar um sistema estadual de assistência farmacêutica, ampliando o atendimento da Farmácia Popular, aumentando o elenco de medicamentos, e o acesso aos medicamentos de alto custo – UNICAT, priorizando os de maior impacto nos indicadores epidemiológicos, além de instituir a farmácia de plantas medicinais – Farmácia Verde – com distribuição assistida às comunidades carentes.
- Estabelecer sistema simplificado, de fácil acesso para a população, para a marcação de consultas e exames, bem como agilizar a realização de cirurgias eletivas.
- Implantar um sistema de realização de exames utilizando os recursos de tecnologia da informação – Telemedicina – permitindo a troca de informações entre equipes especializadas, aumentando a eficiência na gestão, evitando o transporte de pacientes e eliminando gastos desnecessários.

-Implantar um novo pronto-socorro em Natal com 350 leitos, ampliando a capacidade de atendimento de urgências no Estado e equacionando definitivamente o atendimento a população, prestado pelo Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel.

3. RECURSOS HÍDRICOS

3.1 BARRAGENS

CENÁRIO ATUAL

Com 92% de seu território inserido no Semi-árido nordestino, com uma evaporação da ordem de 2.500mm/ano e com um enorme déficit hídrico, proveniente de uma precipitação média anual inferior a 800mm, o Rio G. Norte não pode se dar ao luxo de abdicar da realização de obras de reservação hídricas, capazes de permitir a acumulação d'água como fator de desenvolvimento sustentável e de oferta de água de boa qualidade para a sua população.

Contrariamente ao esforço desenvolvido na gestão do PMBD, onde se conseguiu aumentar a oferta d'água estocada no Estado em mais de 900 milhões/m³, o atual governo não foi capaz de construir nenhuma obra de armazenamento d'água, nem mesmo de pequeno porte, que permitisse ao estado reduzir sua dependência dos fenômenos climáticos.

Mesmo tendo recebido as barragens de Santa Cruz(Apodi), Umari(Upanema) e Carnaúbas(São João do Sabugi), a atual administração também não foi competente para elaborar projetos de aproveitamento das águas acumuladas nessas barragens, os quais poderiam expandir a fronteira agrícola do estado, com a implantação de 12.480 hectares irrigados.

PROPOSTAS

- Conclusão da barragem de oiticica, obra inserida no PAC e iniciada em convênio com o DNOCS.

-Construção do açude Serra Negra do Norte (rio Espinharas), obra proposta para o PAC no contexto do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

-Construção da barragem Poço de Varas, obra proposta para o PAC no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

-Construção da barragem Pedra Branca, obra proposta para o PAC no contexto do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

- Construção da barragem Catingueira, obra proposta para o PAC integrante do Projeto de Integração do Rio São Francisco: R\$ 15 milhões

-Estudos de viabilidade e construção de 05 açudes interanuais de porte médio, na bacia hidrográfica do rio Piranhas/Açú.

-Obras de recuperação de maciços, vertedouros e tomadas d'água, em açudes de macro a médio porte.

3.2 ADUTORAS

CENÁRIO ATUAL

O processo de distribuição de água, implantado no Estado através do programa de adutoras concebido pelo governo Garibaldi Filho, tornou-se um instrumento eficaz de democratização do acesso à água para uma população que, até então, não era servida com água de boa qualidade.

O grande mérito dessa revolução social, iniciada em 1995 e parcialmente concluída em 2002, está no reconhecimento internacional por um programa pioneiro, que foi capaz de construir 1.000 km de adutoras e beneficiar 600 mil pessoas em 46 municípios e 145 comunidades rurais.

Dar continuidade ao programa de adutoras, realizado no passado recente, materializa um verdadeiro desafio a ser enfrentado pelo nosso governo, no sentido de abastecer uma população crescente e um setor produtivo ávido por água.

PROPOSTAS

- Construção da adutora regional do Seridó, alimentada pela barragem de Oiticica, constituída de dois trechos. O primeiro trecho atenderá as cidades de Jucurutu, Cruzeta, Santana dos Matos e São José do Seridó, além de reforçar as adutoras de Serra de Santana e Acari/Currais Novos. O segundo trecho atenderá as demais sedes urbanas do Seridó.

- Construção da adutora Maxaranguape para atender Natal, com captação no rio Maxaranguape.

3.3 POÇOS E DESSALINIZADORES

PROPOSTAS

- Implantação de 600 sistemas simplificados de abastecimento d'água.

- Recuperação de 120 e implantação de 120 sistemas dessalinizadores d'água.

3.4 PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

PROPOSTAS

- Viabilização do perímetro irrigado da barragem de Santa Cruz do Apodi, obra inserida no PAC.

- Perímetro irrigado do Mendubim, obra a ser inserida no PAC.

3.5 GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

PROPOSTAS

-Implementação do sistema integrado de gestão de recursos hídricos concebido no governo Garibaldi Filho, para a operacionalização do projeto de integração das águas do rio São Francisco.

-Implantação de ações gerenciais voltadas a fazer face à vulnerabilidade dos sistemas de produção d'água e promover a oferta de água para abastecimento humano, nos municípios atingidos pelas secas.

-Concepção de plano de controle de inundações no rio Piranhas/Açu, em trecho à jusante da barragem Armando R. Gonçalves.

-Estabelecimento de programa de operação e manutenção, objetivando a segurança de barragens.

-Fortalecimento institucional do Instituto de Gestão da Águas – IGARN, possibilitando:

-Apoio à implementação dos comitês de bacia e fortalecimento das associações de usuários de água.

-Adequação e modernização da rede hidrometeorológica.

-Adequação e fortalecimento do sistema de informações.

-Adequação e fortalecimento do programa de monitoramento qualitativo e quantitativo das águas.

4. TURISMO

CENÁRIO ATUAL

O turismo tem sido um dos responsáveis pela geração de renda e emprego do Estado. Estima-se na geração de 100 mil empregos e com uma cadeia de outras tantas 54 atividades atreladas direta ou indiretamente.

Para dar maior rapidez na interiorização do turismo, desconcentrando de Natal e região metropolitana, criou-se cinco polos turísticos, com destaque para suas características mais marcantes, como a exploração de sol/mar/praias no polo Costa das Dunas; histórico/dunas/praias desertas no polo Costa Branca; no ecoturismo no polo Serrano; a exploração rural/cultural/religioso no polo Seridó; e na aventura do polo Agreste/Trairi.

4.1 PRINCIPAIS PRAIAS DO ESTADO

-Praia de Ponta Negra (Natal). Um dos principais cartões postais do Estado é a praia urbana de Ponta Negra, em Natal, que se destaca pelo belo visual do Morro do Careca..

-Pipa (Tibau do Sul – 77 km de Natal). Apresente cenários espetaculares a exemplo do Chapadão, um conjunto de falésias que formam um imenso paredão à beira-mar.. Dispõe também de uma gastronomia de boa qualidade e uma vida noturna agitada em bares e boates.

-Galinhos (157 km de Natal). Localizada ao norte do Estado, é preciso pegar um barco para chegar até esta península rústica.. O cenário bucólico tem direito a dunas e praias de água doce e salgada praticamente desertas.

-São Miguel do Gostoso (120 km de Natal). O pôr do sol acontece visualmente no mar, em vez de se pôr no continente, chama a atenção nas praias desta pequena cidade. Os ventos fortes da localidade são considerados excelentes para a prática do windsurfe, por isso o local já virou point mundial do esporte.

-Praia de Barra do Cunhaú (Canguaretama – 90 km de Natal). Próxima à praia da Pipa, é bastante procurada por praticantes de kitesurf e windsurfe. Na praia da Barrinha, o rio Catu e seu manguezal se encontram com o mar. Agregada às praias fica Sibaúma, vila originada de um quilombo.

-Praia de Maracajaú (Maxaranguape 45 km de Natal). O grande atrativo desta praia são suas piscinas naturais conhecidas como “parrachos” que possibilitam um mergulho em águas cristalinas em alto mar.

-Praia de Pirangi (Parnamirim – 12 km de Natal). Abriga o “maior cajueiro do mundo”, uma árvore gigante com tamanho equivalente ao de 70 cajueiros e que produz cerca de 2 toneladas de caju por safra. Os passeios de escuna que levam até mergulhos nos parrachos são outros atrativos da praia.

-Praia de Genipabu (Extremoz – 20 km de Natal). Quem cruza suas dunas extensas tem a impressão de estar em um verdadeiro deserto, pois a areia vai até onde a

vista alcança. A melhor forma de apreciar essa paisagem é fazendo um passeio de bugue. Um passeio exótico pode ser feito em dromedários.

4.2 EVENTOS E ATIVIDADES TURÍSTICAS

-Passeio de Bugue. Esse é um serviço prestado aos turistas que chegam ao Rio Grande do Norte, através de veículos conversíveis do tipo *bugues*, prestados por 721 profissionais qualificados, capacitados e credenciados pela Secretaria de Turismo do Estado.

-Festas Religiosas e Profanas. O turismo do Rio Grande do Norte também se destaca pelas diversas festas religiosas e profanas com missas, novenas, procissão, apresentação de grupos folclóricos, shows com bandas e barracas com bebidas e comidas típicas. Destacam-se as festas de carnaval (Caicó, Macau, Guamaré e Natal); Mossoró Cidade Junina (Mossoró); Auto de Natal, Festival de Quadrilhas de Natal e Natal em Natal (Natal); Festa do Boi (Parnamirim) e de datas religiosas: Festa de Santana (Caicó e Currais Novos); de Santa Luzia (Mossoró); de Nossa Senhora da Guia, (Acari); de São Sebastião (Parelhas e Caraúbas); de Santos Reis, de Nossa Senhora dos Navegantes e Festa de Nossa Senhora da Apresentação (Natal).

-Festivais Gastronômicos e Literários. Têm se intensificado bastante os festivais gastronômicos, especialmente nas localidades praianas (Pipa) e nas serras potiguaras (Martins, Monte das Gameleiras e Serra de São Bento), além dos festivais literários (Pipa). Os atrativos das serras são as baixas temperaturas que podem chegar abaixo dos 15 graus.

4.3 MEIOS DE HOSPEDAGEM

Segundo dados da Secretaria de Turismo do Estado, Natal dispõe de 202 meios de hospedagem com 27.490 leitos; Sendo que Tibau do Sul/Pipa dispõe de 171 meios de hospedagem com 5.890 leitos; e Mossoró soma 17 meios de hospedagem com 1.417 leitos; o município de Touros dispõe de 12 meios de hospedagem com 279 leitos e São Miguel do Gostoso com 6 meios de hospedagem e 196 leitos.

4.4 PRINCIPAIS PONTOS TURÍSTICOS

-Forte dos Reis Magos (Natal). O Forte dos Reis Magos é uma edificação militar histórica localizada na cidade de Natal. É administrada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Foi o marco inicial da cidade fundado em 25 de dezembro de 1599. Recebeu esse nome em função da data de início da sua construção, 6 de janeiro de 1598, dia de Reis pelo calendário católico.

-Centro de Artesanato (Natal). Trata-se de prédio histórico que sediava presídio do século passado e hoje se tornou centro comercial do artesanato potiguar nas antigas celas. Dispõe ainda de uma galeria de arte contemporânea e de antiguidades, além da antiga igreja que virou museu dos objetos talhados em madeira para o pagamento de promessas de fiéis católicos.

-Centro Histórico (Natal). Fica localizados no bairro da Cidade Alta desde as mais antigas igrejas, como a Matriz de Nossa Senhora da Apresentação edificada no

ano de 1694, do Rosário de 1714 e de Santo Antônio de 1766), outros prédios do século XIX em desenho neoclássico, tendo como melhor representante o prédio do Palácio Potengi que hoje abriga a Pinacoteca do Estado.

-Parque das Dunas (Natal). Destaca-se dentro da cidade de Natal o segundo maior parque em área urbana do país com mais de mil hectares de dunas e mata atlântica, já que a Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, ocupa o primeiro lugar. Conhecido como o Bosque dos Namorados, área do parque é destinada à visitação e dispõe de três diferentes trilhas que terminam em mirantes de frente para o mar da Via Costeira.

-Via Costeira (Natal). A Avenida Senador Dinarte Mariz é também conhecida como Via Costeira, e é uma via expressa e litorânea de aproximadamente 10km que faz a ligação entre as Zona Sul e Leste da cidade do Natal. A via fica localizada entre o Oceano Atlântico e as dunas do Parque das Dunas e fica próxima à Praia de Ponta Negra.

-Barreira do Inferno (Parnamirim). O Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) foi a primeira base aérea de foguetes da América do Sul. Hoje é comandada pela Força Aérea Brasileira e possui foguetes e aviões em exposição aberta à visitação.

-Maior Cajueiro do Mundo (Parnamirim). O maior cajueiro do mundo, também conhecido como cajueiro de Pirangi, é uma árvore gigante localizada na praia de Pirangi do Norte no município de Parnamirim, a doze quilômetros ao sul de Natal. A árvore cobre uma área de aproximadamente 8.500 m², com um perímetro de aproximadamente 500 m e produz cerca de 70 a 80 mil caju na safra, o equivalente a 2,5 toneladas. Seu tamanho é o equivalente a 70 cajueiros.

-Acari (201 km de Natal). Fica na região do Seridó, tradicional pela comida sertaneja autêntica que produz. Os principais pontos turísticos de Acari são construções históricas (sobrados, igrejas, casas de fazenda), sítios arqueológicos e um museu sobre a vida dos sertanejos. O Açude Marechal Dutra, conhecido como Gargalheiras, é um dos mais exuberantes do Nordeste.

-Caicó (256 km de Natal). Seus pontos turísticos são o Museu do Seridó, que registra a vida do sertanejo; o Castelo de Engady, construção que remete à época medieval, erguida no meio da caatinga; o Açude Itans e seus balneários; o Mercado Municipal e o Arco do Triunfo. Caicó sedia duas grandes festas no Estado: o carnaval de rua e a de sua padroeira. É conhecida pela autêntica culinária sertaneja.

-Castelo de Zé dos Montes (Sítio Novo, 99 km de Natal). Construído e arquitetado em 1984 por um visionário – o tal Zé dos Montes – que diz ter recebido a “missão divina” de construir o castelo entre as pedras da Serra da Tapuia. Com corredores estreitos e bifurcados, o castelo também é conhecido como “Castelo do Labirinto”.

-Carnaúba dos Dantas (219 km de Natal). A cidade tem duas grandes atrações: o Castelo Di Bivar, inspirado na arquitetura europeia medieval e que serviu de cenário para o filme "O Homem que Desafiou o Diabo", e o Monte do Galo, em cujas escadarias estão dispostas as estações da Via Sacra, onde é apresentada anualmente a Paixão de Cristo.

-Alto de Santa Rita de Cássia (Santa Cruz, 111 km de Natal). O município de Santa Cruz possui hoje a maior imagem católica do mundo, medindo 56 m de altura,

maior até do que o Cristo Redentor. A estátua de Santa Rita de Cássia, padroeira do município, foi erguida em 2007 e hoje recebe o turismo religioso.

-Lajedo de Soledade (Apodi, 420 km de Natal). Em 1991, quando as pedras da localidade eram implodidas para a produção de cal, descobriu-se por acaso este importante sítio arqueológico potiguar. Suas pinturas rupestres foram feitas por índios que habitaram a região há milhões de anos. A composição de pedras do Lajedo lembra um cenário lunar.

-Martins (363 km de Natal). Recebe a alcunha de “Princesa Serrana”, devido ao clima ameno que chega à média de 15 graus no inverno, quando sedia um famoso festival gastronômico. Os turistas podem visitar mirantes como a Casa da Pedra – segunda maior caverna em calcário do mundo – o da Igreja Matriz, Pedra Rajada e da Pedra do Sapo. O turismo de aventura é forte nesta região serrana.

-Mossoró (285 km de Natal). A segunda maior cidade do Estado é lembrada por ter resistido aos ataques do bando do cangaceiro Lampião, cujas marcas de bala são até hoje preservadas na Capela de São Vicente. A Estação das Artes, os mercados Municipal e do Bode são outras atrações. Pela realização do Mossoró Cidade Junina, o município abriga uma das maiores festas populares do Nordeste, composto por um mês inteiro de eventos, dentre os quais se destaca o espetáculo "Chuva de bala no país de Mossoró".

-Serra de São Bento (131 km de Natal). Suas serras sediam um festival de inverno, em julho, com direito a estadia confortável em uma pousada de charme construída sobre uma rocha. Com a vizinha Monte das Gameleiras, a cidade tem sido bastante procurada pelo turismo de aventura ou de apreciação rural.

PROPOSTAS

Considerando ser o Rio Grande do Norte um estado bem diversificado diante das atrações turísticas e dada a inexistência de um Programa de Estado voltado para agregar todas essas formas de atratividades nas diversas localidades, há necessidade do novo governo considerar essas diferenças, confrontando e entendendo as diversas ideias, necessidades e demandas da sociedade em cada região, em cada município e em cada localidade.

Sendo assim, deverá ser pensado e adotado um novo caminho a ser tomado através da institucionalização de uma Política de Regionalização do Turismo Estadual.

Essa política deverá ser capaz de apresentar novas diretrizes turísticas à sociedade com vistas a tornar um programa consistente, duradouro e capaz de se reafirmar, amadurecer, evoluir seus conceitos e corrigir a trajetória do turismo estadual, tornar uma política de Estado, através da participação da sociedade e por meio de encontros e discussões com os setores representantes do turismo de cada localidade.

Essas diretrizes deverão necessariamente estar associadas ao Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, do Ministério do Turismo já existente desde abril de 2004, e deverá se constituir em uma política pública, em âmbito territorial, em comum acordo com o Plano Nacional do Turismo.

5. ENERGIA

CENÁRIO ATUAL

O Ministério de Minas e Energia, através da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, apresentou em 2013 o Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2022. Encontram-se nesse plano sinalizações no sentido de manter o equilíbrio o crescimento econômico projetado para o país e o crescimento da oferta de energia elétrica necessária manter assegurar à sociedade brasileira o fornecimento de energia elétrica com custos adequados e em bases técnica e ambientalmente sustentáveis.

É sabido que a maior fonte de suprimento de energia elétrica do país, cuja capacidade instalada é da ordem de 118,3 MW, reside no parque gerador de origem hidráulica que é responsável por 66% desse total, posição em dezembro de 2012. Cabe às demais fontes produtoras a missão de complementar esse suprimento energético que tem nas térmicas (14%), no complexo BIO+PCH+EÓLICA (13%), na origem Nuclear (2%) e completando com a importação de Taipu/Paraguai com os 5% restantes.

O suprimento de energia elétrica ao Estado do Rio Grande do Norte é realizado atualmente por meio de seis circuitos na tensão de 230 kV, sendo dois deles provenientes da subestação de Banabuiú, localizada no estado do Ceará e os demais são responsáveis pela principal interligação com o estado da Paraíba. O sistema de distribuição do estado é de responsabilidade da COSERN.

5.1 ENERGIA EÓLICA

Relativamente à geração de energia elétrica, o Rio Grande do Norte dispõe atualmente de uma capacidade instalada em torno de 900 MW, dos quais 40% originários das usinas eólicas. Saliente-se que a carga do estado prevista para o período 2013-2022 representa cerca de 7,2% do total da região Nordeste, com crescimento médio anual da carga pesada da ordem de 4,1%.

Ressalte-se que o Rio Grande do Norte dispõe de um perfil energético técnico potencialmente promissor para implementação de fontes renováveis não tradicionais, notadamente as Centrais Eólicas, as Centrais Hidrelétricas de Pequeno Porte (PCH) e a bioeletricidade.

Assim, as centrais eólicas destacam-se diante das demais fontes energéticas pela sua rápida implantação, pelo seu baixo impacto ao meio ambiente e, também, pelo crescimento de sua base tecnológica industrial e a experiência operativa que vem se acumulando nos últimos anos aqui no nosso Estado.

Não podemos deixar de citar que sua exploração é compatível com outros usos do terreno, apoiando o crescimento econômico regional, favorecendo a geração do emprego, sendo fonte alternativa para o setor rural, por gerar renda aos agricultores quando do arrendamento da terra e por não emitir gases de efeito estufa.

(GEE) na geração de energia, o que também compensa a emissão de outras fontes, reduzindo a contribuição para as alterações climáticas globais.

A geração eólica é a fonte que mais cresceu no país em participação nos leilões desde 2009. As contratações dos últimos anos demonstraram que as usinas eólicas atingiram preços bastante competitivos e impulsionaram a instalação de uma indústria nacional de equipamentos para atendimento a esse mercado. A expansão da geração eólica se concentra na Região Nordeste, mais precisamente no litoral do Ceará e do Rio Grande do Norte e no interior da Bahia.

5.2 CENTRAIS HIDRELÉTRICA DE PEQUENO PORTE (PCH)

As PCH também aparecem como opções de energia renováveis, em função de suas características técnicas e de sua menor área de inundação, seus impactos ambientais tendem a ser de menor magnitude e são adequadas para rios de menor porte como os da bacia hidrográfica situada na faixa costeira Leste do Estado, conhecida como região dos vales úmidos, caracterizada pelas elevadas precipitações e pela existência de rios, lagoas, riachos perenes e relevante potencial de águas subterrâneas.

As bacias hidrográficas do rio Piranhas/Açu e do rio Apodi/Mossoró são outros pontos com potencial elevado para produção de energia a partir de PCH, obviamente que carecem de estudos que apontem para sua adequada utilização na produção de energia.

Não obstante, é de ser frisar que ao contrário das usinas eólicas, as PCHs têm tido trajetória decrescente de competitividade nos leilões desde 2009. Por possuírem uma tecnologia madura, com custos unitários estáveis, as PCHs não se mantiveram competitivas diante das significativas reduções de custo unitário da energia eólica.

5.3 BIOELETRICIDADE

Como fonte alternativa de produção de energia sustentável que deve ser considerada no Estado do Rio Grande do Norte, embora que de pequena monta, é a bioeletricidade pois, além de aproveitar os resíduos da cana-de-açúcar, ainda tem sua eficiência energética potencializada através da cogeração em suas usinas.

As usinas térmicas a partir do uso da biomassa oriunda de bagaço de cana-de-açúcar constituem mais uma fonte renovável disponível para compor a expansão da oferta de geração. Não se pode deixar de enfatizar que investimentos para implantação dessa fonte alternativa de energia estão sujeitos à instabilidade do setor sucroalcooleiro, o que pode eventualmente inibir a ampliação da capacidade de geração, assim como a sua competitividade nos leilões com outras fontes, especialmente a eólica.

5.4 ENERGIA SOLAR

Dentre as fontes alternativas de energia, a energia solar apresenta-se como uma fonte bastante promissora para o Rio Grande do Norte, tendo em vista que a maior parte do seu território está localizada próximo à linha do equador, o que acarreta em um dia de maior duração solar. O Rio Grande do Norte (RN) tem um dos maiores

índices de incidência solar do território brasileiro, o que o torna apto a receber investimentos para a instalação de usinas solares fotovoltaicas.

O Rio Grande do Norte (RN), destaca-se como tendo um alto índice de radiação solar. A realização de medições em Natal confirma esse potencial, justificando a implantação de centrais solares fotovoltaicas no Estado. Todavia, apesar do grande potencial, os custos atuais dessa tecnologia são relativamente elevados.

5.5 PETRÓLEO E GÁS

A produção de petróleo e gás natural no Brasil no mês de abril/2014 foi de aproximadamente 2.146 Mbbl/d (mil barris por dia) e 82,9 MMm³/d (milhões de m³ por dia), respectivamente, totalizando em torno de 2.667 Mboe/d (mil barris de óleo equivalente por dia). Desse total, o Rio Grande do Norte participou com 58.459 bb/l de petróleo, 1.398 Mm³/d de gás natural o que corresponde a uma produção total de 67.252 boe/d, através da exploração de 83 campos produtores, ficando à frente de Sergipe, Maranhão, Alagoas e Ceará. O Estado participa com 2,7% da produção total de petróleo e com 1,7% de gás natural.

PROPOSTAS

-Envidar esforços junto aos órgãos federais, em especial ao Ministério de Minas e Energia, para antecipar a instalação de um novo ponto em 500kV na área metropolitana de Natal (LT Campina Grande III – Ceará Mirim II – João Câmara II), devido ao elevado montante vencedor de energia nos leilões LER e LFA de 2010 na região de João Câmara, em torno de 790 MW;

-Igualmente e pelos mesmos motivos, envidar esforços para antecipar a instalação da subestação coletora (SE) 230 kV João Câmara, para escoar a energia referente ao leilão LER de 2009;

-Visando o adequado escoamento da potência gerada pelas usinas eólicas na região norte do Estado vencedoras no leilão A-3 de 2011, faz-se necessário a construção de uma linha de transmissão em 500 kV entre as subestações Milagres II e Açú III;

-Caso se concretize o potencial de energia eólica previsto para 2018, será necessário reforçar a rede em 500 kV formando um anel entre as subestações Milagres/Quixadá-Açú III-João Câmara III;

-Viabilizar junto ao Centro de Tecnologias do Gás e Energias Renováveis – CTGAS-ER, através de convênio técnico-administrativo, a disponibilização gratuita de *CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA EM ENERGIA EÓLICA*;

-Fazer gestões junto ao Congresso Nacional para manter o percentual de redução não inferior a 50% (cinquenta por cento) a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição de energia eólica, incidindo na produção e no consumo da energia comercializada pelos aproveitamentos.

6. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CENÁRIO ATUAL

O estado do Rio Grande do Norte já elaborou três Planos de CTI, o primeiro em 1985, o segundo para contemplar o período de 2000-2001 e, em 2011, foi elaborado o III Plano para o período de 2011-2020. É digno de nota que tanto as áreas estratégicas, as linhas de atuação e os marcos regulatórios, operacionais e as fontes de financiamento, permaneceram basicamente os mesmos, e que nestes quase 30 anos desde as primeiras definições, estes não foram implementados, ou o foram precariamente considerando a descontinuidade de repasse dos recursos pelos governos estaduais.

Assim embora os planos contenham a base teórica e explicitadas os Programas de ação com as metas e previsão de resultados esperados, propostos a partir, como no caso do III Plano Estadual de CTI resultante da 1ª. Conferência Estadual de CTI, ocorrida em Março de 2010, estas ações não avançaram. A proposição central dos Planos de Ação em CTI, estabelece que as atividades de Governo devem internalizar a Ciência, que não deve ser entendida como sendo de domínio da comunidade acadêmica, mas que se integra e está disponível para a sua utilização, na resolução dos problemas da sociedade e na perspectiva de um melhor aproveitamento das potencialidades, riquezas e vocações regionais.

Todavia, mesmo com o cenário nacional favorável a realização de ações em parcerias entre os governos estaduais e federal, particularmente na última década, é flagrante a falta de investimento dos Governos do Estado do RN em CTI e as inúmeras oportunidades não aproveitadas junto às agências federais de fomento vinculadas, principalmente em ações que envolvem: (1) formação de recursos humanos, a partir de Programas em parceria com a CAPES - Coordenação Nacional de Formação de Pessoal de Nível Superior; (2) financiamento de projetos estratégicos em diferentes áreas de pesquisa como saúde, segurança, desenvolvimento regional, conservação ambiental, turismo, cooperação internacional e nacional, entre muitas outras áreas do conhecimento, em parceria com o CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e (3) ações de inovação, como criação dos parques tecnológicos, financiamento de programas de empreendedorismo, incubadoras de negócios e aproximação entre as universidades e setores empresariais com a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos.

PROPOSTAS

A partir das projeções contidas no atual Plano Estadual de CTI 2011-2020, onde muitas destas ações já são realidade hoje e estão contidas nos eixos temáticos da Estratégia Nacional de CTI, observam-se grandes oportunidades para o desenvolvimento do estado do RN, com destaque para:

-Regulamentação da Lei Estadual de Inovação e criação do Fundo Estadual de Apoio à Inovação criando um cenário colaborativo e de resolução dos desafios dos setores empresariais a partir da aproximação ainda maior da Academia e setores industrial e de empreendedores a partir de programas de interesse do desenvolvimento do estado, entre eles a implantação de Parques Tecnológicos: (a) em Macaíba em Energias Renováveis; (b) em Natal em Tecnologia da Informação e, (c) em Mossoró no Agronegócio e Petróleo e Gás;

-Revisão e cumprimento do repasse do percentual financeiro previsto na Lei que criou o Fundo Estadual de CTI, que viabilizarão as parcerias estratégicas com a CAPES, CNPq e FINEP, por meio da Fundação Estadual de Apoio à Pesquisa (FAPERN). Estes programas permitirão a continuação de ações em andamento e ampliarão: (a) Programas de formação de recursos humanos nas Universidades, ensino técnico profissionalizante e projetos integrados de CTI às escolas de ensino médio; (b) Programas de difusão científica e tecnológica para formação de gestores públicos, professores e demais profissionais que atuam nesta área nos setores empresariais e terceiro setor;

-Consolidação junto à UFRN da implantação dos Institutos Internacionais, como: (a) Instituto Internacional de Física (já implantado e em fase final de construção); (b) Instituto do Cérebro, já implantado e em fase de definição da infraestrutura física para licitação; (c) Instituto de Medicina Tropical em parceria com o governo do Estado com duas unidades sendo uma já em funcionamento na UFRN e outra em fase final de definição para licitação. Estas ações amplificam o potencial de cooperação internacional do estado em áreas temáticas de interesse estratégico e com impacto positivo direto nos indicadores de excelência científica e/ou saúde e educação do estado;

-Acrescentem-se, ainda, os Institutos Nacionais de CTI, financiados pelo CNPq e com contrapartida do governo do estado, a ser devidamente apresentada, nas temáticas: (a) Estudos do Espaço, (b) Instituto Internacional de Neurociências e (c) Informação sem Fio;

-Aproveitamento das obras de infraestrutura decorrentes da Copa do Mundo com a construção de projetos estratégicos para o Aeroporto na cidade de São Gonçalo do Amarante e o estádio Arena das Dunas em Natal, com repercussões importantes para o Turismo, incluídas aí a rede hoteleira, artesanato, comércio, entre outras.

7. REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

CENÁRIO ATUAL

Como em qualquer atuação de dimensão metropolitana, Natal tem encontrado dificuldades para melhor organizar a questão da circulação e dos transportes. Se por um lado a quase totalidade dos transportes se faz com a utilização do transporte rodoviário, por outro a presença do rio Potengi, mesmo com o advento da ponte Newton Navarro, ainda impõe uma ruptura na fluência urbana e limita as soluções possíveis de redesenho da estrutura urbana.

Com taxas de crescimento que ultrapassam 3% a.a. a questão da mobilidade na Região Metropolitana de Natal está a exigir soluções de transporte público que permitam à população um atendimento de modo mais eficiente com menores impactos de circulação. 65% dos deslocamentos metropolitanos se fazem por ônibus, 34% por transporte individual e apenas 1% através do sistema ferroviário existente.

Assim, toda e qualquer nova concepção de transporte de massa pode e deve aproveitar o traçado ferroviário existente se apresentando este como uma opção de viabilidade econômica ambiental mais apropriada, além da possibilidade da implantação de um sistema rodoviário metropolitano, que se configure como uma alternativa de via de acesso para Natal, atualmente restrita às avenidas Prudente de Moraes e Salgado Filho, capaz de unificar os interesses dos municípios que compõem a região.

É importante que tenhamos, portanto, a implantação de uma política de transporte que possa facilitar a conexão dos transportes rodoviário, aéreo, ferroviário e marítimo, o que não é o caso de Natal, onde esse sistema é desarticulado e irregular.

PROPOSTAS

-Reavaliar na Região Metropolitana de Natal, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável – bem como o Plano Diretor de Transportes Metropolitanos – com o objetivo de dar início a sua implementação em duas vertentes:

a) rede operacional de transporte público e sistema viário, com investimentos na criação de uma malha viária transversal que evite a entrada de veículos de passagem na área mais densa da RMN e, ao mesmo tempo, configure as bases de transporte para uma relação funcional positiva entre os municípios da coroa metropolitana e aqueles adjacentes) e

b) adoção de uma base institucional, nos moldes do Consórcio de Transportes da Grande Recife para o planejamento integrado de transporte intrametropolitano.

-Desenvolver esforços e projetos para a modernização, ampliação e aperfeiçoamento dos serviços ferro(metro)viários, com base nas propostas do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável e do Plano Diretor de Transportes Metropolitanos.

-Desenvolver estudos que avaliem a importância da criação de um Consórcio Metropolitano de Transportes Públicos, nos moldes do Consórcio da Grande Recife, com funções gestoras delegadas pelos municípios metropolitanos e com o objetivo

principal de fazer a integração operacional, regulatória, institucional e tarifária do transporte público no interior da RMN.

- Implantação do Metrô de Superfície Natal – Metrô Leve – melhorando substancialmente o transporte de massa da RMN, estabelecendo concorrência entre metrô-ônibus, com reflexos nos preços da tarifa.

- Implantação de transporte fluvial (barcas modernas) no rio Potengi para permitir a interligação entre a zona norte com o Alecrim e centro da cidade;

- Construção da malha da Ciclovia do Trabalhador, interligando Macaiba – Parnamirim – Natal – Pirangi e Zona Norte – Zona Sul.

- Articulação com o Governo Federal, para acelerar as obras de duplicação da BR-304 no trecho Natal-Mossoró.

- Continuação do prolongamento da Av. Prudente de Moraes até o aeroporto de Parnamirim, criando uma nova via de acesso para Natal.

- Construção do Anel Viário Metropolitano dotando Natal de outras vias de acesso e desviando o tráfego pesado das regiões turísticas.

- Criação de uma gestão metropolitana compartilhada – integração institucional.

8. SEGURANÇA PÚBLICA

CENÁRIO ATUAL

É visível a desarticulação horizontal - entre órgãos do primeiro escalão - e vertical, entre órgãos operativos de segundo escalão que tratam da segurança no Estado. A desassociação entre as políticas sociais-preventivas com o surgimento de novos delinquentes; entre as políticas públicas de segurança carcerária; e entre as políticas de segurança policial evidencia hoje, o desperdício de recursos, de esforços e a ineficiência generalizada.

O cenário atual de descrédito do cidadão na capacidade do Estado de coibir e prevenir a violência, decorre, precisamente, desse estágio de apatia que se abateu sobre a administração pública estadual, que incompetente para adotar políticas novas e inteligentes com metas bem definidas e motivadoras, resume a ação do Estado a repetir práticas ultrapassadas de gestão da segurança. Todo esse cenário de desarticulação, sugere a implantação de um novo modelo de gestão que privilegie a busca por resultados, em detrimento do gerenciamento de crises e da improvisação que se verifica na segurança no Rio G. Norte.

PROPOSTAS

-Ampliar o efetivo da polícia civil no Estado, que em 1982 era de 700 policiais e hoje, decorridos 34 anos, é de 1400 policiais.

-Conferir total prioridade ao combate ao tráfico e uso de drogas em estreita articulação entre as iniciativas de prevenção e repressão com as de justiça para obter o máximo de efetividade, identificando as comunidades com maior incidência de tráfico e uso de drogas, desenvolvendo diversas atividades de conscientização, esclarecimento da população e de sensibilização das prefeituras municipais.

-Implantar um Sistema Unificado de Segurança Pública, dinamizando o funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada da Política de Segurança Pública com a participação dos diferentes órgãos de Governo, do Poder Judiciário e da sociedade civil, representando um espaço permanente de integração, debate, fiscalização e avaliação das questões referentes ao tema.

-Estabelecer os paradigmas para dotar a área de Segurança Pública de uma administração gerencial, orientada para o alcance de metas e resultados e com um sistema de avaliação de desempenho transparente, com arranjos institucionais e infraestrutura física adequados, inclusive o reaparelhamento e a regionalização do ITEP;

-Criar um sistema permanente de qualificação do pessoal atuante na segurança pública, privilegiando a tecnologia da informação e a gestão do conhecimento, contribuindo para aprimorar e fortalecer os mecanismos de inteligência da polícia.

-Aprimorar os mecanismos de planejamento operacional, inteligência e estratégia no combate ao crime, desenvolvendo ações articuladas e em cooperação com a população, respeitando a diversidade de situações, criando observatórios locais de segurança pública e possibilitando que a população possa prestar informações criminais

e adotar postura de autodefesa, mediante a implantação da “Linha Direta” e “Disk Denúncia Unificado”.

-Dar maior visibilidade às ações policiais, ampliando a atuação e as operações de segurança em todo o estado, dotando o policiamento de mobilidade, dando preferência às estruturas móveis (veículos e motos) em relação às fixas (postos), ampliando a atuação da Polícia Rodoviária Estadual em toda a malha viária estadual.

-Interiorizar a Polícia Civil, criando melhores condições para o seu funcionamento nas comarcas do interior, com a adequação da estrutura das delegacias para a operação em novas bases. - Ampliar e dinamizar as iniciativas educacionais desenvolvidas pela Polícia Militar e reconhecidamente exitosas, como o PROERD, o Segurart e a Guarda Mirim Ambiental.

-Reforçar e desenvolver programas de ressocialização, com ênfase no trabalho e na inclusão e inserção do egresso do sistema penitenciário na sociedade.

-Ampliar a infraestrutura do sistema de segurança pública, visando à melhoria da interação, comunicação e infraestrutura do aparato, com a construção de cadeias públicas para a custódia de presos provisórios, eliminando o problema dos presos em delegacias e a adequação da capacidade prisional do estado. -Sensibilizar e orientar as prefeituras municipais para elaborarem seus planos de segurança e se integrarem ao Sistema Unificado de Segurança Pública, incentivando a criação de Conselhos Municipais de Justiça e Segurança e a articulação dos organismos judiciais, policiais, sociais e comunitários.

- Desenvolver ações de recuperação e ressocialização de dependentes químicos, estruturando ações voltadas para a sua recuperação, com atendimento especializado e a criação de mecanismos de reinserção dos jovens, direcionando-os para a prática de atividades esportivas e qualificação profissional.

-Ampliar as medidas preventivas de segurança pública, impedindo o comprometimento dos policiais com atividades burocráticas, terceirizando e otimizando os serviços complementares e de apoio, liberando policiais para o trabalho nas ruas.

9. EDUCAÇÃO E CULTURA

PROPOSTAS

-Ampliar a oferta e melhorar a qualidade de ensino fundamental no estado, em parceria com os municípios, estimulando o desenvolvimento de programas educacionais para as crianças mais pobres, na faixa etária de até 03 anos, proporcionando maiores oportunidades de educação infantil de qualidade para as crianças de 04 a 06 anos e ensino fundamental universalizado para crianças a partir de 06 anos.

-Melhorar as condições de infra-estrutura e equipamentos do sistema educacional, criando condições para que a escola se torne pólo de integração com a comunidade, estimulando atividades abertas de esportes, cultura e lazer em finais de semana, com o envolvimento das famílias no processo educacional, inclusive com cursos para os pais.

-Criar uma sistemática de avaliação da educação no âmbito estadual que seja a base para a melhoria da sua qualidade e possibilite a implantação de premiações por mérito para as melhores escolas, inclusive de ensino superior (bônus por resultados para as equipes) e a criação de processos de certificação para as escolas de qualidade, com a instituição de uma lógica de cobrança por resultados.

-Erradicar o analfabetismo no estado até o ano de 2018.

-Criar o Pró-Gestão, direcionado para o aprimoramento da capacidade de gestão dos dirigentes das escolas, estimulando a reorganização dos conselhos escolares, com foco na revitalização da proposta pedagógica e do plano de desenvolvimento escolar, possibilitando um maior acompanhamento do conteúdo apresentado em sala de aula, da didática dos professores e da carga horária efetiva de cada disciplina.

-Aprimorar continuamente a qualidade do ensino superior através da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.

-Criar a TV Potiguar Educativa, um canal de televisão produtor de conteúdo exclusivamente educativo que disponibilizará programas didáticos, pedagógicos e culturais para a comunidade escolar do Rio Grande do Norte, outros segmentos e meios de comunicação interessados no tema.

-Estruturar um sistema que possibilite a formação continuada dos professores da rede estadual, com a participação em programas de pós-graduação em universidades prévia e criteriosamente credenciadas buscando, em consequência a melhora na qualidade do ensino e da formação do professor.

10. MEIO AMBIENTE

PROPOSTAS

-Implementar uma Política Estadual de Meio Ambiente, que privilegie a educação, o zoneamento ecológico econômico e a conservação dos biomas presentes no território potiguar.

-Constituir e fortalecer um sistema estadual de meio ambiente de base científica e tecnológica, que promova a inclusão de ações e iniciativas municipais e a estruturação de suas políticas, a valoração da biodiversidade e dos serviços ambientais promovendo a correta destinação dos resíduos sólidos, campanhas de consumo sustentável e de economia de energia, a criação de hortos florestais e a implementação de planos diretores de arborização.

-Fortalecer o Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEPEMA – como instrumento financiador das ações que promovam e assegurem a sustentabilidade ambiental no RN, incentivem à adoção de mecanismos de auto-monitoramento pelos empreendimentos ou atividades com potencial de impacto ambiental e promovam a recuperação de áreas degradadas.
inclusive o ambiente de trabalho do empreendimento.

-Desenvolver programas e ações que preservem a qualidade ambiental, estimulando adoção de tecnologias limpas que contribuam para a redução da poluição, protejam as áreas ameaçadas de degradação e promovam a recuperação das degradadas.

-Estimular o desenvolvimento de conhecimento científico e de pesquisas direcionadas a preservação do meio ambiente no estado, que possibilitem a criação de estratégias eficazes para a preservação dos seus recursos naturais.

-Atualizar a legislação ambiental do estado de modo a conferir maior segurança jurídica, facilitar a fiscalização e tornar mais eficiente o seu cumprimento.

-Fomentar a participação da sociedade na questão ambiental estimulando a criação de conselhos e órgãos colegiados de defesa do meio ambiente, de base municipal, apoiando as redes de comunicação ambiental, promovendo a produção interativa e veiculação de programas e campanhas de educação.

-Expandir os programas de apoio técnico à renovação urbana, sobretudo das zonas degradadas na periferia, com recuperação de praças, hortos comunitários e áreas de lazer coletivas.

-Desassorear e despoluir as três bacias hidrográficas importantes para o estado, Potengi, Piranhas –Açu e Apodi-Mossoró.

11. GESTÃO DE GOVERNO.

PROPOSTAS

- Dar condições de trabalho aos servidores públicos.
- Melhorar a prestação de serviços ao cidadão, desburocratizando suas ações e procedimentos e ampliando a base tecnológica de prestação de serviços.
- Incorporar de forma prioritária a dimensão territorial nos processos de planejamento, considerando ainda os conceitos de área metropolitana a partir de critérios demográficos, urbanísticos e funcionais, de sub-regiões metropolitanas, que contribuam nos processos de elaboração estratégica para a produção de diagnósticos, identificação de tendências, conhecimento de potencialidades, problemas e construção de cenários prováveis.
- Desenvolver um programa permanente de qualificação de seus servidores visando aprimorar o atendimento ao cidadão e a qualidade da gestão do estado.
- Promover uma política voltada para a retenção de competências no serviço público estadual, estimulando a implantação de sistemas de avaliação por mérito e de responsabilização dos dirigentes por metas e resultados alcançados.
- Adotar práticas de combate a ineficiência, ao desperdício e de otimização do gasto público.
- Aprimorar a sistemática de negociação coletiva com os servidores públicos estaduais, criando um fórum permanente que assegure transparência e responsabilidade no processo.
- Regulamentar na legislação estadual a contratualização de metas e resultados de desempenho, a aplicação de recursos orçamentários tendo como contrapartida a concessão de autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos.

12 DESENVOLVIMENTO RURAL

CENÁRIO ATUAL

A seca será o tema central do programa de desenvolvimento rural de meu governo.

O desafio secular de convivência com a seca, está na inaptação das tecnologias transferidas dos climas de chuvas regulares. Está, também, na falta de compreensão desse fenômeno quanto ao seu desdobramento no tempo, na operação rural, na vida das pessoas, nos instrumentos que els precisam para sob reviver, na excassez, produtivamente.

A incapacidade que os níveis e poder revelam, a cada ciclo seco, é notável pela surpresa de estar de novo, sem saber o quê fazer, diante e um fenômeno antigo.

A história das secas, repleta de sofrimentos inarráveis, continua sem ser a fonte de onde deveria se tirar os rumos as seguir, construindo um futuro melhor para o povo do semi-árido.

As propostas a seguir pretendem alcançar esse objetivo.

12.1 CRÉDITO RURAL

PROPOSTAS

-Tornar perene a linha de crédito emergencial, com rebate nos investimentos hídricos, remissão automática das parcelas vincendas em períodos de estiagem;

-Criar uma linha de custeio agropecuário para o financiamento da implantação de culturas anuais e manutenção de culturas perenes, destinadas a alimentação dos rebanhos, incluindo as despesas com armazenagem de alimentos nas formas de: silagem, feno ou qualquer outro processo de conservação, cuja forma de pagamento deve ser: 01 (um) ano de carência e 12 (doze) parcelas mensais ou trimestrais;

-Estimular a reestruturação da bacia leiteira no Estado, através das linhas de crédito do PRONAF, PRONAMP e Custeio Tradicional, com crédito subsidiado a taxas atrativas e bônus de 80% para os adimplentes;

-Abrir uma linha de investimento para retenção de bezerras com aptidão leiteira, com duração de 03 (três) anos e com liberações anuais e pagamentos após carência de 03 (três) anos, em parcelas trimestrais pagas durante 36 (trinta e seis) meses consecutivos;

-Dispensar para fins de análise de capacidade de pagamento e limite de crédito futuros, os financiamentos concedidos pela linha de crédito emergencial;

-Bônus de adimplência de 30%, nos financiamentos para produtores de culturas de subsistência, que não se enquadrem nos grupos de Pronafianos;

-Incluir nos financiamentos para mandioca, projetos com irrigação para produção comercial;

-Buscar medidas urgentes para remissão das dívidas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que vêm se acumulando em função dos problemas climáticos;

-Repactuação das dívidas dos produtores rurais do semiárido do NE, independente do período de contratação, fazendo uma securitização dos estoques das dívidas rurais contraídas até o final de 2013 e/ou permitir a liquidação das operações repactuadas com um rebate de 80% da dívida, atualizada com base nos encargos normais.

12.2 APOIO A COMERCIALIZAÇÃO

PROPOSTAS

-Incluir novos produtos na pauta de produtos ofertados pela CONAB para a venda subsidiada em balcão, a exemplo de farelo de soja e caroço de algodão, garantindo o permanente abastecimento dos seus armazéns, visando o atendimento dos agricultores que pleitearem a aquisição desses produtos, com ênfase para os agricultores familiares;

-Estimular estratégias de comercialização dos produtos da agricultura familiar através de feiras livres, barracões, armazéns, etc.;

-Definir uma política de reajuste dos preços praticados ao produtor pelo Programa do Leite Estadual e pelo PAA Leite, levando em consideração os preços praticados nos demais Estados nordestinos, bem como as reivindicações das indústrias beneficiadoras de leite;

-Estabelecer políticas de regulação de preço dos produtos de subsistência, onde o preço de aquisição praticado pelo PAA do Governo Federal cubra o custo de produção, acrescido de uma margem de lucro de pelo menos 20%;

-Definir, juntamente com o Comitê Gestor da Central de Comercialização da Agricultura Familiar, um modelo de gestão para a Central de Comercialização, que deverá ser concluída e colocada em pleno funcionamento;

-Buscar a ampliação dos recursos para aquisição de produtos da agricultura familiar por meio dos Programas PAA e PNAE;

-Ampliar para os demais agricultores, os benefícios das Resoluções CMN 4.211 e 4.212 de 18/04/2013 concedidos aos agricultores familiares atingidos pela severa estiagem.

12.3 GESTÃO DE RISCO RURAL

PROPOSTAS

-Criação de um programa de distribuição massiva de sementes de capim, de sorgo, de milho e outras culturas forrageiras visando a recomposição das pastagens e formação de bancos de proteínas para os diferentes rebanhos animais;

-Buscar a operacionalização de um seguro agrícola que cubra o valor da produção esperada, indo, portanto, além do valor do financiado;

-Reestruturar o Zoneamento Agrícola do RN, com base em estudo mais detalhado dos nossos solos, que deverá passar de uma escala de 1:500.000 para uma escala de 1:100.000;

-Garantir recursos orçamentários para o FUNDO ESTADUAL DA SECA, em conformidade com o que determina a Lei de criação do referido Fundo;

-Fazer gestão com vistas à revitalização dos Perímetros Irrigados do Estado, especialmente o Projeto de Irrigação Osvaldo Amorim no Baixo Açú, com a renovação dos Contratos de Concessão de Uso, possibilitando a produção de grãos, hortaliças e suportes forrageiros, preferencialmente sem o uso de agrotóxicos.

12.4 INFRAESTRUTURA

PROPOSTAS

-Implantar um conjunto de ações voltadas para a captação e conservação de água das chuvas, a ser utilizada na produção de alimentos, tendo as bacias hidrográficas e as tecnologias disponíveis e inovadoras como pressupostos básicos para o planejamento, favorecendo a manutenção dos mananciais hídricos;

-Promover a integração dos bancos oficiais de crédito, principalmente BB, CEF e BNB, envolvendo a Agência de Fomento do RN, com as cooperativas, visando ampliar a capilaridade operacional, aproximando o crédito agrícola do produtor rural;

-Disponibilizar recursos financeiros para a implantação de um Programa de Assessoramento Técnico, Gerencial e Pedagógico para a Gestão Produtiva dos Recursos Hídricos, a ser executado em parceria com a Articulação do Semi Árido Potiguar, pelo período de três anos ininterruptos;

-Negociar junto aos agentes financeiros uma linha de crédito específica para a produção de forragem irrigada, com financiamentos para sistemas de irrigação, que deverão ter dispensada a obrigatoriedade da apresentação da outorga d'água e o licenciamento ambiental, além de serem praticados com juros subsidiados de 1% a.a. e bônus de adimplência de 80%;

-Criar um Programa de Geração de Energia Individual nas propriedades e estabelecimentos rurais, a ser implementado pelas cooperativas, tendo como foco a geração de energia com agregação da produção agrícola, nas áreas rurais, principalmente nos assentamentos;

-Implantar um Programa de Eficientização do Uso da Energia Elétrica, com agregação do resgate do crédito de Carbono;

-Criar um programa visando fortalecer a infraestrutura hídrica das propriedades rurais, incluindo a construção, ampliação, recuperação, limpeza e desassoreamento de pequenas barragens, inclusive barragens subterrâneas e sucessivas, açudes e barreiros, todos voltados para dotar as propriedades de uma maior capacidade de captação e armazenamento d'água;

-Proceder a instalação de todos os poços já perfurados no Estado, com recuperação e manutenção dos existentes e que não se encontram em funcionamento, além da perfuração e instalação de novos poços para garantir água aos animais e usos diversos para os agricultores familiares dos municípios;

-Criação de um programa voltado para incentivar o uso sazonal de energia elétrica em áreas irrigadas, com a doação e instalação de medidores duplas tarifas.

12.5 PROPOSTAS SETORIAIS

-Implantar campos de multiplicação mudas/raquetes de palma forrageira a serem distribuída junto aos agricultores familiares visando a formação de bosquetes de palmas, destinados à proporcionar segurança alimentar dos rebanhos;

-Criar um programa voltado para a implantação de agroindústrias de produtos do meio rural, de modo a viabilizar a agregação de valores e a colocação nos mercados, a exemplo de casas e entrepostos do mel, unidades de processamento de frutas, castanha e leite.

-Ampliação, reformulação e funcionamento imediato do Programa do Leite, com o reestabelecimento do Comitê Gestor Estadual e a reestruturação da cadeia produtiva, garantindo a liberação de recursos de contrapartida para o funcionamento dos tanques de resfriamento.

-Negociar com a COSERN a modificação do horário de irrigação com a utilização da tarifa especial para irrigantes, passando a funcionar no período 02 h às 10h30min.

13. ASSISTÊNCIA SOCIAL

CENÁRIO ATUAL

A família será a centralidade da atuação da Assistência Social melhorando, no que for possível, a execução dos programas dos Governos Federal, atuando em parceria com os Municípios e exercendo, segundo as normas do Sistema Único de Assistência Social, as responsabilidades que lhe cabe, notadamente, em relação a Proteção Social Especial.

Atuar, enfim, no sentido de que as ações da Assistência Social se voltem articuladamente para as famílias como centralidade das intervenções públicas e contribuam para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Algumas outras propostas que, em síntese, apontam claras diretrizes de atuação para o novo Governo do Estado:

PROPOSTAS

-Aprofundar a implementação do Sistema Único de Assistência Social no Rio Grande do Norte, ampliando o atendimento as famílias em situação vulnerável e articulando os diferentes sistemas públicos de proteção social e especialmente os “Centros de Referência” aos “Centros Especializados de Assistência Social”, cumprindo, no sistema federativo, as funções delegadas ao Governo do Estado

-Apoiar às iniciativas de economia solidária com a ampliação de recursos financeiros para fomento, assistência técnica e promoção dos produtos e serviços gerados pelo associativismo.

-Desenvolver um programa de qualificação profissional em parceria com os Governos Federal e Municipal, Sistema “S” (SEBRAE, SENAI, Sesi, SENAC, SESC, SENAT e SENAR) e atento as potencialidades econômicas e necessidades geradas pelo desenvolvimento da economia potiguar e considerando as condições sociais dos beneficiários, priorizando os jovens, os desempregados e os segmentos sociais mais vulneráveis, estimulando a inserção de egressos do Programa Bolsa-Família no mercado de trabalho.

-Articular as diversas políticas sociais visando a promoção e o desenvolvimento de ações afirmativas para as mulheres, apoiando iniciativas produtivas que fortaleçam sua autonomia econômica, reduzam as diferenças entre homens e mulheres e promovam a igualdade racial, sobretudo, assegurando educação, oportunidades e condições de emancipação.

-Fortalecer a atuação e a prestação de serviços pela FUNDAC, em conjunto com entidades e órgãos do setor, na defesa e na implementação de projetos de qualidade que assegurem direitos a criança e ao adolescente.

-Fortalecer programas e ações direcionados para a infância e a adolescência fomentando a sua articulação no sentido de assegurar direitos, combater o trabalho infantil, o abuso e a exploração sexual na infância e na juventude.

-Ampliar os programas e ações direcionadas para a juventude e com foco na sua escolarização, inserção no mercado de trabalho, o desenvolvimento de suas capacidades e competências empreendedoras, a sua inclusão digital,

-Desenvolver ações permanentes e contínuas de capacitação dos gestores da assistência social. 10. Fortalecer as parcerias com as instituições que atuam na assistência social, possibilitando a efetivação de projetos que priorizem o atendimento a pessoas portadoras de deficiências, idosos, moradores de ruas e viciados em drogas e álcool.

-Desenvolver programas e ações e apoiar iniciativas que fortaleçam o convívio familiar e comunitário dos idosos bem como promovam a humanização do seu atendimento e garantam a atenção integral aos mesmos.

-Estruturar uma Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional direcionada para a erradicação da fome no território potiguar e a melhoria das condições de alimentação e nutrição da população, com a implantação de sistemas integrados de produção de alimentos, distribuição e abastecimento, educação para o consumo, orientação nutricional e articulação com outras iniciativas voltadas para o combate à fome.

-Fortalecer o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, incrementando suas fontes de receitas e dotando-o de capacidade de financiamento para apoiar iniciativas que promovam a inclusão social e o desenvolvimento solidário e sustentável.

-Ampliação e apoio à Casa da Cidadania, local de funcionamento e reunião dos Conselhos de Políticas e de Direitos vinculados à área de Assistência Social.

-Apoiar a construção, pelos Municípios criteriosamente selecionados, de espaços de convivência e lazer para crianças, jovens e idosos.

-Apoio ao selo UNICEF – Município Aprovado.

14. HABITAÇÃO

ESTRATÉGIA

A estratégia para a elaboração de um programa de habitação popular, fundamenta-se na parceria com os governos municipais e federal, estruturando um plano estadual de combate à falta de moradia digna em nosso estado.

PROPOSTAS

- Estruturar e organizar a Companhia Estadual de Habitação.
- Implementar o Fundo Estadual de Habitação, priorizando investimentos para a moradia popular.
- Articular os Conselhos vinculados à área de habitação e o Fórum Estadual de Habitação para que tenham destacada atuação na avaliação da Política e do Plano Estadual de Habitação.
- Firmar parcerias com os Governos Federal e Municipais para a implementação e ampliação de programas habitacionais que reduzam o déficit habitacional e melhorem a habitabilidade das moradias urbanas e rurais das famílias de baixa renda.
- Instituir programa específico, com recursos próprios do Governo Estadual ou em parceria com o Governo Federal, para reformas em habitações precárias ou improvisadas garantindo, em síntese, melhoria na habitabilidade nos domicílios urbanos e rurais das famílias de baixa renda.
- Firmar parcerias com organizações e movimentos sociais com objetivos bem definidos de ampliação de alternativas de mutirões construtivos e de execução do Plano Estadual de Habitação.
- Integrar a política de habitação com a de trabalho e renda, fazendo com que os programas de capacitação de mão-de-obra formem profissionais para atuarem nas obras de construções e reformas de moradias populares.
- Fazer parcerias com as escolas de engenharia e arquitetura, crea, cau e sindicatos destes profissionais, objetivando mutirões para elaboração de projetos e acompanhamento dos serviços de reformas em casas de famílias de baixa renda.
- Fazer parcerias com escolas de assistência social e de direito, objetivando mutirões para elaboração e acompanhamento dos processos de regularização fundiária para imóveis de famílias de baixa renda.

- Promover a regularização fundiária, priorizando a regularização dos Conjuntos Habitacionais construídos no âmbito do Programa Estadual de Habitação.

SANEAMENTO BÁSICO

PROPOSTAS

-Concluir e ampliar o “Plano Estadual de Saneamento Básico”, com a elevação significativa da cobertura, que possibilite alcançar a cobertura integral na próxima década. Para isso serão utilizadas as tecnologias disponíveis, desde que comprovada a sua viabilidade ambiental, viabilizadas mediante, inclusive, a concessão dos serviços para a iniciativa privada.

